

LEI Nº 2.832, DE 26 DE MARÇO DE 2007.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
ANISTIA OS CONTRIBUINTES
MUNICIPAIS DE ALEGRE DOS
ENCARGOS DE MULTA E JUROS
REFERENTES A DÍVIDA ATIVA PELO
NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
IPTU E O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
DE QUALQUER NATUREZA
ISSQN/TLLF.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado anistiar, até a data em que esta Lei vigorar, os contribuintes municipais de Alegre dos encargos de multa e juros referentes aos débitos inscritos em Dívida Ativa, pelo não recolhimento do Imposto Territorial e Urbano IPTU e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN/TLLF.~~

~~**§ 1º** O débito anistiado a que se refere o caput deste artigo poderá ser pago parceladamente, sendo que o último vencimento não poderá ultrapassar o dia 31/08/2007. (Redação dada pela Lei nº 2.859/07)~~

~~**§ 2º** A anistia autorizada no caput não trará prejuízo às execuções fiscais em curso.~~

~~**§ 3º** A anistia a que se refere o caput deste artigo, autoriza a Municipalidade a estornar os parcelamentos calculados com multa e juros, e anistia-los com relação às parcelas vincendas, abrangendo todos os anos pactuados.~~

~~**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigendo até 29 de junho de 2007.~~

~~**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 26 de março de 2007.

DJALMA DA SILVA SANTOS

Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.